



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000221-92.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ÂNGELO APARECIDO FLORETINO**
 Requerido: **S. C. CERANTOLA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido à ré automóvel de sua propriedade sem que ela promovesse a respectiva transferência.

Alegou ainda que em razão disso débitos relativos ao IPVA foram lançados em seu nome, de sorte que almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em regularizar a situação perante a Fazenda do Estado.

O autor admitiu expressamente a fl. 90 que não comunicou a venda do veículo.

Tal obrigação era sua e decorria da regra do art. 134 do CTB, de sorte que não poderia ser transferida à ré.

De outra parte, a circunstância do veículo ter sido financiado não assume maior relevância porque sem embargo disso subsistia o dever do autor em realizar a comunicação da venda ao órgão de trânsito competente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assentadas essas premissas, a conclusão que se impõe é a de que em face da desídia do autor ele assumiu a condição de devedor solidário dos encargos pertinentes e por via reflexa deu causa aos protestos mencionados a fls. 06/09.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve diversas oportunidades para reconhecer essa solidariedade:

“AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Autora que pretende se eximir das dívidas do veículo vendido a terceiro. Antigo proprietário que responde solidariamente pelos débitos não quitados até a data da comunicação da transferência ao Detran, consoante disposto no art. 134 do CTB. Precedentes. Sentença confirmada. Recurso desprovido” (TJ-SP, Apelação nº 4001432-42.2013.8.26.0224, 36ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MILTON CARVALHO**, j. 25/06/2015).

“AÇÃO ANULATÓRIA. Lançamento de IPVA e multas de trânsito. Inércia da antiga proprietária quanto às providências com relação à transferência do aludido bem. Responsabilidade solidária do comprador e da vendedora do veículo pelas multas e dívidas tributárias até a efetivação e comunicação da transferência da propriedade aos órgãos públicos, nos termos do artigo 134 do CTB. Recurso não provido” (TJ-SP, Apelação n.º 994.09.253662-9, rel. Des. **MAGALHÃES COELHO**, 3ª Câmara Direito Público, j. em 16/03/2010).

“COMPRA E VENDA. COBRANÇA. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO NÃO COMUNICADA AO DETRAN. APELANTE QUE SUJEITOU-SE A RESPONDER SOLIDARIAMENTE PELAS MULTAS INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 134 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. Apelação improvida” (TJSP, Apelação nº 9000741-87.2011.8.26.0037, 36ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **JAYME QUEIROZ LOPES**, j. 25/09/2014).

“Ação de obrigação de fazer. Ausência de comunicação da alienação do veículo no departamento de trânsito. Obrigação do vendedor, que responde solidariamente pelas multas impostas se não providenciar a transferência em 30 dias, consoante disposto no art. 134 do CTB. [...]” (TJSP, Apelação nº 9263467-35.2008.8.26.0000, 36ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **PEDRO BARACAT**, j. 01/07/2010).

Tal entendimento aplica-se igualmente aos débitos de IPVA, porquanto a responsabilidade do antigo proprietário é solidária na esteira da Lei Estadual nº 6.606/89 (art. 4º, inc. III, parágrafo único), cujas disposições foram mantidas pela Lei Estadual nº 13.296/2008 (art. 6º, inc. II, § 2º).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido são diversas manifestações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Apelação nº 0054926-29.2012.8.26.0577, 7ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **LUIZ SÉRGIO FERNANDES DE SOUZA**, j. 17/03/2014; Apelação nº 0045461-75.2011.8.26.0562, 12ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **VENÍCIO SALLES**, j. 12/03/2014; Apelação nº 0004678-61.2010.8.26.0114, 5ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **MARIA LAURA TAVARES**, j. 10/03/2014; Apelação nº 0409340-54.2010.8.26.0000, 4ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **PAULO BARCELLOS GATTI**, j. 10/03/2014.

Não vinga, portanto, o pedido exordial tendo em vista que pela condição do autor ele não poderia furtar-se ao pagamento dos débitos trazidos à colação e postular que a ré o fizesse em seu lugar.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**